

## MULHERES RURAIS E SUA ATUAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DO VALE DO TAQUARI, RS

Letícia Mairesse<sup>1</sup>, Elaine Biondo<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo aborda a atuação de mulheres rurais nos municípios de Bom Retiro do Sul e Cruzeiro do Sul (RS), suas organizações e seus papéis nesses coletivos. Por meio da realização de entrevistas e de pesquisa-ação, o artigo analisa a participação dessas mulheres nos diferentes grupos e sua atuação nas diretorias das organizações e como líderes comunitárias. É importante destacar que a maioria delas participa de clubes de mães, coletivos de mulheres, muito tradicionais na região do Vale do Taquari, através dos quais, muitas mulheres se inseriram em movimentos sociais e demais organizações. O trabalho faz referência histórica à luta das mulheres na reivindicação de direitos, sendo um deles o reconhecimento profissional de seu trabalho como agricultoras, ainda que já o desempenhassem desde a infância. Nos municípios em questão, além dos clubes de mães, as agricultoras participam de organizações como a Comissão Estadual de Mulheres, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Grupos de Ginástica e Terceira Idade, e envolvem-se em diversas ações nas comunidades. No decorrer do trabalho, são apresentadas percepções das mulheres acerca de suas atividades, do envolvimento que têm nas diversas organizações, assim como relatos de suas experiências. Destaca-se a contribuição das mulheres para as comunidades rurais, uma vez que, através das organizações de que participam, proporcionam lazer e qualidade de vida para suas famílias. É necessário valorizar a atuação das mulheres rurais e fomentar políticas públicas específicas, visando autonomia e geração de renda.

**Palavras-chave:** mulheres; agricultoras; coletivos; organizações; comunidade.

## ROLE WOMEN AND THEIR ROLE IN THE ORGANIZATIONS OF VALE DO TAQUARI, RS

**Abstract:** The article addresses the role of rural women in the municipalities of Bom Retiro do Sul and Cruzeiro do Sul (RS), their organizations and their roles in these collectives. Through interviews and action research, the article analyzes the participation of these women in different groups and their role in boards and community leaders. It is important to note that most of them participate in mother's clubs, women's collectives very traditional in the Vale do Taquari region, through which many women have joined social movements and the

- 
- 1 Bióloga, Mestranda em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Extensionista Rural na Emater/RS-Ascar. Email: [lemairesse@gmail.com](mailto:lemairesse@gmail.com)
  - 2 Bióloga, Doutora em Ciências: Botânica, Docente e Pesquisadora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, membro da Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari e do GT Mulheres da ABA, Coordenadora do NEA VT Unidade em Encantado, Encantado, RS. E-mail: [elaine-biondo@uergs.edu.br](mailto:elaine-biondo@uergs.edu.br). Autora para correspondência.

other organization. The work makes historical reference to the struggles of women in claiming rights, one of them being the professional recognition of their work as farmers, even though they had been doing it since childhood. In the municipalities in question, in addition to the mothers' clubs, women farmers participate in organizations such as the State Commission for Women, the Rural Workers Union, Community Association, Gymnastics and Senior Citizens Groups, and are involved in various actions in the communities. In the course of work, women's perceptions about their activities, the involvement they have in the various organizations are presented, as well as reports of their experiences. The contribution of women to rural communities is highlighted, since through the organizations in which they participate, they provide leisure and quality of life for their families. It is necessary to value the performance of rural women and promote specific public policies, aiming at autonomy and income generation.

**Keyword:** female; farmers; collectives; organizations; community.

## 1. Introdução

As mulheres rurais envolvem-se e participam em diversas organizações, sendo protagonistas nestes coletivos, nos quais têm papel importante na continuidade e manutenção das atividades realizadas e do processo organizativo, além de exercerem o direito de falar, discordar, concordar, propor e reivindicar seus direitos (SALES, 2007). Entende-se aqui por organizações como um grupo de pessoas, reunidas por afinidades, ideias, ideologias e recursos para atingir um objetivo. Segundo Hodgson (2006, p. 8) organizações são um tipo especial de instituição que envolve características distintas para os membros, os quais são soberanos nas decisões e com responsabilidades em relação as organizações de que fazem parte, podendo estas serem formais ou informais. Neste caso podem ser consideradas organizações os clubes de mães, articulações em agroecologia, sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, bem como os movimentos sociais.

Nestes processos as mulheres, em sua diversidade, foram se afirmando como sujeitos políticos e aprendendo a reinventar formas de fazer política, dando-lhes não somente visibilidade, mas também participando de forma legítima junto à sociedade e ao Estado, incidindo de alguma forma nas agendas políticas (AGUIAR, 2016).

Para Lima e Vasconcelos (2020) a América Latina na década de 1980 presenciou uma série de mobilizações sociais e neste período surgiram muitos dos movimentos sociais de grande impacto político até os dias atuais, sendo também um período significativo para os movimentos de mulheres em geral. As autoras colocam três grandes correntes do movimento de mulheres neste período: primeiramente a feminista que “emprende esforços explícitos no sentido de denunciar a existência de relações de gênero que subordinam as mulheres”; em segundo a atuação das mulheres dentro das estruturas mais tradicionais de mobilização social, como os sindicatos e partidos.

A marcante atuação e mobilização das mulheres, conforme Lima e Vasconcelos (2020, p. 489) foi visualizada através do seu papel na organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nos sindicatos rurais, nas organizações de trabalhadores urbanos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou ainda em organizações relacionadas a um catolicismo de esquerda, como Pastorais da Terra e Comunidades Eclesiais de Base, sendo estas bastante presentes no Vale do Taquari.

E ainda, em uma terceira linha de discussão Lima e Vasconcelos (2020) citam que as organizações populares das mulheres foi caracterizada por um coletivo de mulheres que

através de seu papel social, como mães e cuidadoras, se uniram para resolver problemas e buscar soluções para as necessidades e demandas encontradas no cotidiano. Neste eco dos movimentos, segundo Siliprandi (2011), as mulheres rurais também se organizaram em apoio a setores da igreja progressista, na disseminação das Comunidades Eclesiais de Base, buscando reconhecimento da profissão de agricultoras e acesso à terra, e por conseguinte seus direitos sociais, previdenciários e sindicais, bem como assistência à sua saúde e melhor atendimento (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Para Siliprandi (2009), a organização e participação das mulheres rurais têm se ampliado à medida que passam a ser atuantes não apenas no sindicato e movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção.

No Vale do Taquari grupos de produção surgiram através do trabalho das pastorais sociais e movimentos dos agricultores, conforme Müller e Schaeffer (2021) estes foram importantes propulsores da Agroecologia. Realizou-se esforços em experiências comunitárias nos municípios, inclusive em Cruzeiro do Sul como um dos protagonistas, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto a Escola de Jovens Rurais que assumiu essa proposta de trabalho para uma agricultura alternativa e sustentável, e até os dias de hoje realizam este movimento a favor da Agroecologia e na defesa da agricultura familiar (MÜLLER; SCHAEFFER, 2021).

E neste movimento, realizaram-se diversas ações e eventos, em que estabeleceu-se a formação de uma rede de entidades de apoio à Agroecologia, como coloca Muller e Schaeffer (2021), “nasceu, assim, a Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari – AAVT”, formada por diversas entidades, destacando o protagonismo das mulheres nestes coletivo, sendo elas agricultoras, técnicas, professoras, estudantes.

A participação das mulheres rurais nos movimentos sempre foi efetiva não somente pelos seus direitos civis, mas também pelo uso e conservação da agrobiodiversidade e promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades, o que movimentou a participação de muitas delas nas diversas organizações. Para Cavalcanti, Silva e Krefta (2020), as memórias efetivas e afetivas de vivências cotidianas relacionadas ao autossustento praticado por elas durante anos ao longo da história da humanidade, não só contribuíram para preservação de práticas de alimentação saudável, garantindo o sustento das famílias, mas também na sua formação e organização em processos organizativos atinentes às suas atividades.

A participação comunitária através de uma perspectiva feminista que busca melhorar a posição da mulher na sociedade, aliada a Agroecologia que em seu princípio busca a valorização da vida, vida do solo, das plantas, dos animais, das pessoas, gera autonomia e poder de decisão, assim nestes coletivos as mulheres socializam suas aprendizagens e lições com as outras mulheres e juntas ganham força e se apoiam (FERREIRA; MATTOS, 2017).

Para Bernardo (2021), o feminismo se deu a partir destes coletivos de mulheres, em movimentos, pesquisas e ações, ou também de forma individual, contra a ordem instituída que atualmente se apresenta em várias vertentes, ou seja, há diversas formas de feminismos. Para Ivone Gerbara, teóloga feminista latino-americana, a busca pela valorização e recuperação dos ecossistemas naturais e das mulheres, dentro de uma perspectiva do

feminismo de movimentos das mulheres, vem a ser chamado de ecofeminismo (ANGELIN; SCHONORRENBURGER, 2020).

Outra vertente relacionada ao tema desta pesquisa é o feminismo camponês e popular, que surge nos anos 80 a partir da organização de mulheres camponesas em grupos, associações e movimentos autônomos para transformação da realidade das mulheres do campo/agricultoras, de forma a obterem sua autonomia e libertação, com o reconhecimento e manutenção de suas ações e atuação social do dia a dia nas comunidades em que vivem (BERNARDO, 2021, p. 129).

Neste contexto de muitos desafios onde a sociedade impõe os papéis, no meio rural, mulheres agricultoras estão no grupo de trabalho familiar desde a infância, acompanhando a família na lida da roça e crescem tendo que lutar para serem consideradas trabalhadoras rurais (SALES, 2007).

Em termos estruturais, o artigo aborda a revisão de literatura referente as iniciativas das mulheres em suas organizações, os procedimentos metodológicos adotados, os resultados e discussão, as principais conclusões e, por fim, as referências bibliográficas. No presente artigo é utilizada a denominação mulheres rurais ao referir-se as agricultoras participantes da pesquisa.

## **2. As mulheres rurais, seus movimentos e lutas**

As mulheres rurais exercem um importante papel participando dos movimentos e organizações, sejam elas entidades, grupos e associações, na comunidade, na igreja, na escola, na agricultura, dentre outras atividades agrícolas e não agrícolas.

De acordo com Andersson *et al.* (2017, p. 325), entende-se por mulheres rurais/mulheres agricultoras, como sendo as filhas de agricultores, as que se casaram com agricultores ou filhos de agricultores, ou àquelas que trabalham em atividades não agrícolas e têm na agricultura a principal fonte de renda familiar.

As atividades não agrícolas as quais muitas mulheres do meio rural desenvolvem, de acordo com Silva (2001) estão ligadas ao lazer, moradia, turismo, indústria e prestação de serviços. Os sujeitos sociais que experienciam o ‘rural’ produzem a sua vida material com diversas atividades além da agricultura (inclusive serviços e indústrias reconhecidas como atividades da cidade) (FASSINI; MACHADO; SCHULTZ, 2013).

Também poderiam denominar-se como agricultoras agroecológicas, que de acordo com Jalil *et al.* (2020), são aquelas que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a família e demais grupos próximos a partir de práticas sustentáveis em suas propriedades, estão em redes de articulação de saberes, de trocas, em movimentos sociais ou outros espaços de organização social/política. De acordo com os autores:

Elas são portadoras de conhecimentos ancestrais, que ressignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais, desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade. (JALIL *et al.*, 2020, p. 2-3).

Mesmo diante das dificuldades de gênero enfrentadas e da invisibilidade das mulheres na participação das atividades consideradas produtivas, Siliprandi e Cintrão (2015) destacam que elas são as protagonistas ativas da Agroecologia no Brasil, sendo maioria em feiras da agricultura familiar de produtos agroecológicos, bem como no protagonismo da divulgação da agrobiodiversidade, características de uso e propriedades nutricionais de muitas espécies, como por exemplo as plantas alimentícias não convencionais, como discutido por Mairesse *et al.* (2021) no âmbito do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Vale do Taquari.

Toda a mobilização e participação das mulheres rurais e agricultoras agroecológicas, segundo Aguiar (2016), se deu a partir da Igreja Popular, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelo trabalho pastoral, levando ao surgimento de grupos organizados, sendo um dos pioneiros os clubes de mães.

Algumas autoras brasileiras descreveram outros tipos de organização das mulheres rurais, além dos clubes de mães, como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR); Movimentos Sociais Mistos (de homens e mulheres); Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST); e os movimentos autônomos, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), dentre outros mais recentes como os de quilombolas e indígenas, constituindo diversidade de ações e organizações (LIMA *et al.*, 2019).

No contexto de abertura democrática, ocorrido nos anos 80, os movimentos de mulheres ganharam força e ampliaram-se as organizações políticas das mulheres (AGUIAR, 2016). De acordo com Georgin *et al.* (2015), estes contribuíram para a construção de políticas públicas voltadas às desigualdades de gênero na agricultura, alavancando outras ações como a luta pela terra, o movimento sindical, a previdência social e o crédito para a agricultura familiar (SILIPRANDI, 2011). Tais movimentos se refletiram na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) a qual garantiu direitos para as mulheres, tendo sido um grande mérito da luta exercida nestes movimentos (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

A participação e o engajamento das mulheres rurais na construção da Constituição de 1988, através de marchas e abaixo-assinados, garantiram o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios e previdência social. Conforme Aguiar (2016), ainda durante a década de 80, ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, com a formação de vários grupos na área rural. No Rio Grande do Sul, destaca-se a organização de mulheres denominada “Margaridas” atuando de acordo com as necessidades da região, e as demandas das mulheres:

A principal demanda das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que estes constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural (AGUIAR, 2016, p. 266).

A Marcha das Margaridas, conforme Aguiar (2016) trata-se de uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, que ocorre a cada quatro anos em Brasília, DF, sendo muito importante para dar visibilidade a estas mulheres, impactando de forma positiva na esfera pública com conquistas para a cidadania, sendo capaz de dialogar com o Estado e incidir sobre as políticas públicas (AGUIAR, 2016, p. 266). Esta acontece

desde 2000 sendo considerada a maior ação organizada de mulheres da América Latina e conta com a participação de mulheres rurais, agricultoras camponesas e apoiadoras de todo país (LIMA; VASCONCELOS, 2020).

Para Sales (2007), quando as mulheres rurais começam a participar dos movimentos se reconhecem como portadoras de saber-poder e passam a repensar sua vida e cotidiano. Sua atuação nestes espaços tem um significado maior, por serem mulheres, mães, donas de casa, agricultoras, aposentadas rurais, engajando-se na luta por um mundo mais justo e sustentável para os filhos e netos e, também, por uma sociedade mais justa.

Como é descrito por Almeida e Jesus (2020, p. 71):

Sobressaímos do papel secundário de acompanhar um marido nas reuniões, de ajudar na coleta das ofertas da igreja, de anotar os nomes nas atas das reuniões e passamos a ocupar o lugar comum de lutar lado a lado de nossos companheiros.

Esta luta das mulheres e, em especial, as que estão inseridas nos movimentos sociais, marca a conquista pelos direitos básicos, reivindicando uma sociedade justa, socialista e em defesa de quem trabalha e produz, destacando a importância da organização em defesa da terra e pela garantia e enfrentamento às imposições de gênero (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020). Para Georgin *et al.* (2015, p. 2):

Diante do cenário histórico podemos considerar crescente a participação e o envolvimento das mulheres agricultoras na busca de sua valorização enquanto sujeitos de sua própria existência, este fato, em pleno século XXI, torna-se um novo desafio para os profissionais da área, logo estudos envolvendo este tema tornam-se de extrema importância.

Em estudos realizados por diversos autores, como coloca Spanevello *et al.* (2019), os “ganhos sociais” das mulheres a partir da sua inserção em espaços ou ações que possibilitem a manifestação da sua autonomia, especialmente através de políticas públicas e movimentos organizativos coordenados por elas mesmas, que defendem a igualdade de gênero, de acesso à terra e à assistência técnica.

Ao se referir a questão de gênero, consideramos conforme Spanevello *et al.* (2019), primeiramente compreender as relações de poder entre homens e mulheres que tem papéis sociais distintos, para os autores, estes não são determinados pela biologia, mas sim pela sociedade e no contexto das mulheres rurais, há uma naturalização da subordinação delas dentro das propriedades refletindo-se nos papéis que desempenham nas comunidades e coletivos em que participam, tendo que lutar pelo seu reconhecimento.

E esta subordinação das mulheres, já vem de uma herança patriarcal carregada de machismo, o qual apregoa a superioridade do homem sobre a mulher. Mas, no entanto, o feminismo não é o antônimo de machismo, pois o feminismo faz parte da luta das mulheres pela sua emancipação, preconiza o protagonismo feminino e a equidade de direitos entre homens e mulheres (BERNARDO, 2021).

### 3. Caminhos das organizações de mulheres rurais no Vale do Taquari, RS

No Vale do Taquari, a pelo menos duas décadas as mulheres rurais e agricultoras agroecológicas organizam-se buscando especialmente autonomia e a produção de alimentos saudáveis (MÜLLER; SCHAEFFER, 2021), sendo os clubes de mães uma das primeiras organizações em que participam ativamente na região.

Os clubes de mães, um dos primeiros movimentos organizados, foram criados em todo o país com o apoio e incentivo das CEBs e onde estes grupos já existiam, incentivavam o engajamento das mulheres (AGUIAR, 2016), e no Vale do Taquari, os clubes de mães são organizações bem tradicionais, nos quais criam-se sinergias para a participação efetiva das mulheres.

Os clubes de mães são formados por mulheres das comunidades rurais e também da sede dos municípios, que se organizam em grupos, compõe uma diretoria e se denominam sócias, pagam contribuições mensais ou anuais e, conforme Fassini, Machado e Schultz (2013), formam uma rede social, estando envolvidas em ações geralmente de cunho solidário, associados à amenização de problemas da comunidade local e onde realizam atividades que visam a geração de renda complementar para estas mulheres, além de abordar temas importantes durante as reuniões e encontros do grupo.

De acordo com Zanetti *et al.* (2020) em estudo realizado com mulheres em clubes de mães, um dos principais temas abordados e discutidos nas reuniões é justamente a alimentação saudável, o que remete ao cuidado e preocupação destas mulheres com seus familiares, buscando a Segurança Alimentar e Nutricional, com fomento de ações e práticas sustentáveis de produção de alimentos (POLESI *et al.*, 2017; MAIRESSE *et al.*, 2021).

Além da participação em clubes de mães, as mulheres rurais e agroecológicas também participam na Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari (AAVT), a qual segundo Müller e Schaeffer (2021) se define como uma rede que congrega diversas entidades de assistência técnica, social, pesquisa, ensino e agricultores familiares que debatem sobre vários temas, visando ampliar a sustentabilidade dos agroecossistemas. Estes espaços são importantes para reconhecer o papel e força das mulheres rurais no fortalecimento das propostas e em prol da segurança e soberania alimentar.

Nos sindicatos dos trabalhadores rurais as mulheres rurais, em poucas décadas, conquistaram espaço e visibilidade política, qualificaram suas agendas de mobilização e participação, desencadeando processos de interlocução e negociação com o Estado, sendo exemplo a Marcha das Margaridas (PIMENTA, 2013). No Vale do Taquari a participação das mulheres rurais nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais é notória, havendo exemplos de mulheres que assumem cargos de diretoria e a presidência dos mesmos, com forte atuação política e nos movimentos sociais.

Outra das organizações em nível regional na qual participam é, o Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica do Vale do Taquari (NEA VT), que é caracterizada como uma rede para fomentar a pesquisa, extensão e o ensino em Agroecologia no território, a qual desenvolve-se associada a diferentes formas de manifestações de representação social (MAIRESSE *et al.*, 2021; ZANETTI; BIONDO, 2021). A diversidade de ações de valorização das mulheres realizadas no âmbito do NEA VT, impulsionou a participação das

mulheres nos espaços de decisão e articulação do movimento agroecológico no território, isto segundo Biondo *et al.* (2022) evidenciou a necessidade de mudança na concepção de que o valor do trabalho feminino é inferior ao do masculino, sendo esta uma das preocupações apontada na pesquisa realizada.

Nesse sentido, objetivou-se discutir e dar visibilidade ao importante papel das mulheres rurais nas organizações dos municípios de Bom Retiro do Sul e Cruzeiro do Sul, no Vale do Taquari, RS, abordando elementos históricos na contextualização deste estudo e percepções das mulheres participantes acerca de suas atividades, experiências e vivências e do seu protagonismo nas organizações regionais.

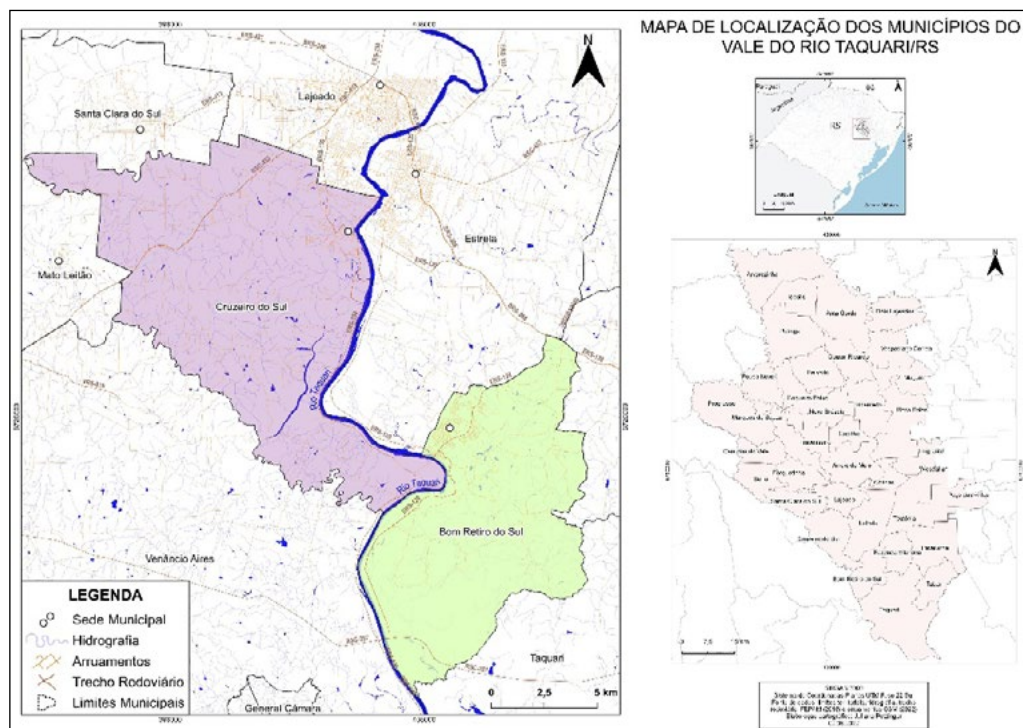
### **3. Procedimentos metodológicos**

Os municípios de Bom Retiro do Sul e Cruzeiro do Sul, no Vale do Taquari, apresentam características de territorialização semelhantes, ambas banhadas pelo Rio Taquari (Figura 1), população em média de doze mil habitantes (IBGE, 2010), predominantemente de descendência italiana, alemã e açoriana e localizados na região central do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1).

As propriedades rurais são de caráter familiar e possuem como característica principal a diversidade de cultivos, numa área de até 20 hectares por família. As atividades agrícolas são diversificadas, baseadas no cultivo do milho que serve de suporte à bovinocultura de leite e de corte, além da suinocultura e avicultura em sistemas de integração. Entre as culturas comerciais destaca-se soja, trigo, aipim, fumo, arroz e, em menor escala, olericultura, fruticultura e floricultura.



Figura 1: Localização dos municípios de Cruzeiro do Sul e Bom Retiro no Vale do Taquari, RS.



Fonte: Petzinger, 2022.

Observa-se que a maioria das famílias nesta região, tem produção para o autoconsumo e faz o preparo das refeições com o aproveitamento integral dos alimentos, o que garante a segurança alimentar e possibilita uma alimentação mais saudável. Este conceito de segurança alimentar é entendido, segundo Veiga e Queiroz (2015), por disponibilidade e acesso (físico e econômico) a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares.

De acordo com os dados do Estudo <sup>3</sup>de Situação da Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS, 2020), os agricultores têm em suas propriedades hortas e/ou pomares, cultivos de base ecológica para autoconsumo, além da diversificação de culturas. Nos últimos anos, no entanto, tem aumentado significativamente o plantio de soja nos municípios da região devido ao preço de venda que está em alta, só em Bom Retiro do Sul, aumentou em mais de 200 hectares a área de produção convencional desta cultura, com uso acentuado de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

3 Dados do Estudo de Situação da Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), elaborado pelo Escritório Municipal da Emater/RS-ASCAR de Bom Retiro do Sul/RS.

Visando aprofundar este estudo, a metodologia utilizada foi de natureza quantitativa e qualitativa, tendo como técnicas empregadas as entrevistas, a pesquisa bibliográfica que tem como objetivo coletar informações e conhecimentos sobre o problema exposto (SILVA, 2013), e a pesquisa-ação, acompanhando as vivências destas mulheres e utilizando o diário de campo, assim como os registros fotográficos e gravações, aos quais possibilitaram apreender a amplitude das percepções presentes nas falas e atitudes das entrevistadas.

As entrevistas abertas e semi-estruturadas, conforme Paranhos (2016) são técnicas qualitativas e fornecem informações sobre a própria fala dos entrevistados, oferecendo diferentes perspectivas sobre o tema e delineando os aspectos subjetivos do fenômeno. A partir da realização das visitas e entrevistas, aplicou-se a pesquisa-ação onde o pesquisador, de acordo com Tozoni-Reis (2009), também compartilha conhecimentos que trazem de suas diferentes experiências sócio-históricas com o objetivo de promover, pela ação-reflexão-ação, transformações na realidade socioambiental que investigam.

A pesquisadora em questão, por ser extensionista rural da Emater, realiza visitas nas propriedades rurais e desenvolve atividades com as mulheres nas organizações em que participam, sendo possível uma maior aproximação das participantes e disponibilidade de tempo para a escuta e observação. Desta forma é possível fazer um exercício etnográfico, conforme Fassini, Machado e Schultz (2013), a etnografia propõe um mergulho na vida e cultura do objeto pesquisado para sua descrição. A convivência que se estabelece entre pesquisadores e pesquisados propõe a compreensão e a interpretação dos comportamentos, rotinas, crenças e relação entre os participantes do trabalho.

Metodologicamente, para focalizar e selecionar trajetórias para a investigação, a pesquisa selecionou oito mulheres líderes nos clubes de mães e nas suas comunidades. As entrevistas foram realizadas no período de agosto de 2021 a fevereiro de 2022, registradas com auxílio de gravador e tiveram o consentimento prévio das entrevistadas, sendo posteriormente transcritas e analisadas. Cabe ressaltar que no decorrer da discussão dos resultados, as mulheres participantes da pesquisa foram identificadas pelo número da família, como estratégia de preservação das identidades das interlocutoras.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa - CEP, conforme parecer substanciado de número 4.304.868 de 28 de setembro de 2020.

#### **4. Resultados e Discussão**

Na Tabela 1 encontram-se os dados referentes as características das mulheres entrevistadas e que são líderes em suas comunidades. Todas as mulheres entrevistadas são de origem alemã e são aposentadas, com exceção de uma delas (família 8). A faixa etária varia entre 47 e 64 anos, são residentes em propriedades rurais nos municípios de Bom Retiro do Sul e Cruzeiro do Sul e sempre trabalharam na agricultura, estando inseridas desde a infância no grupo de trabalho familiar, juntamente com a família de origem, seus companheiros e filhos. Os dados relativos à escolaridade variam do ensino fundamental incompleto, até a conclusão do ensino médio.

Dentre as mulheres entrevistadas cinco participam dos clubes de mães, além deste, integram outros grupos comunitários, alguns ligados à Igreja Católica ou Evangélica,

outros com temáticas específicas, como ginástica, saúde, artesanato, culinária, terceira idade, agroecologia/orgânicos e há aquelas que são sócias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, atuando na diretoria e, associado a esta organização, algumas também participam da Comissão Estadual de Mulheres, que congregam o movimento das “Margaridas” (Tabela 1).

Tabela 1 – Idade, origem, escolaridade, papel na produção e organizações de mulheres rurais nos municípios de Bom Retiro do Sul e Cruzeiro do Sul, RS.

Família	Idade	Escolaridade	Responsáveis cultivo/ produção	organizações
1	60	EFI	Entrevistada, marido e filho	Clube de mães, STR, Comissão Estadual de Mulheres/FETAG, Igreja, Conselhos Municipais
2	55	EFI	Entrevistada	Clube de mães, STR, Comissão Estadual de Mulheres/FETAG, Comunidade, Associação, Grupo de ginástica, Igreja, Conselhos Municipais
3	55	EMC	Entrevistada e marido	Clube de mães, STR, Comissão Estadual de Mulheres/FETAG, Comunidade, Associação, Grupo de ginástica, Igreja, Escola/CPM, Conselhos Municipais
4	61	EFC	Entrevistada	Clube de mães, STR, Comunidade, Associação, Grupo de ginástica
5	60	EMC	Entrevistada e marido	Clube de mães, STR, Comunidade, Associação da água, Associação dos feirantes, Igreja
6	58	EMC	Entrevistada e marido	Comunidade, Associação, Igreja, STR, AAVT
7	64	EFI	Entrevistada e marido	STR, Comunidade, Associação, Grupo de ginástica, Grupo da Horta Comunitária, Igreja, Grupo de Terceira Idade.
8-	47	EFI	Entrevistada, marido e 2 filhos	Comunidade, Associação, OCS, AAVT

EFI – ensino fundamenta incompleto; EFC – ensino fundamental completo; EMC – ensino médio completo. Fonte: Elaborado pelas autoras.

As mulheres entrevistadas participam destes coletivos onde se sentem responsáveis, colocam-se à disposição e sentem-se felizes em ajudar, doam seu tempo para estas atividades, sendo uma forma de colaborar com a comunidade, o que é tradicional em muitas famílias rurais, como citado por duas das entrevistadas:

*“aqui são bem organizadas (se referindo a sua comunidade), mas tem lugares que não... os homens já não vão lá fazer um cursinho (tem um ou outro que vai) mas é mais a mulher, é mais a função da mulher” (família 2).*

*“... na comunidade mudou muito depois que as mulheres estão participando, eu sei (sinto) que tá diferente, tá mais entrosado, tem muito ainda o machismo, mas parece que a coisa funciona melhor, tu vê na organização de uma festa, só os homens organizando fica estranho, mas se tem a mão de uma mulher já fica diferente...” ( família 7).*

As mulheres são participativas e se envolvem em múltiplas atividades quando demandadas, como se pode observar na figura 2, em que participam de uma atividade organizada pelas mulheres de Bom Retiro do Sul.

Figura 2 - Encontro de sementes crioulas organizado pelas mulheres da comunidade, Clube de Mães Aliança, Comissão de Mulheres FETAG, Bom Retiro do Sul, RS: a) mulheres participantes da pesquisa presentes no evento; b) protocolo e organização do evento pelas mulheres da comunidade; c) palestra da representante da Comissão Pastoral da Terra; d) depoimento de uma das participantes sobre a importância do encontro.



Fonte: Autoras, 2022.

Ao participarem das atividades nas suas organizações, estas mulheres deixam seus afazeres em casa, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a família e, também, o trabalho na propriedade. Segundo Rhein (2016), trata-se da realidade da maioria das

mulheres que vivem nas comunidades rurais dos municípios da região do Vale do Taquari. Um conjunto de mulheres que além de serem donas de casa, exercem um papel fundamental nas organizações em que participam. Estas se diferenciam das demais, por se tratar de mulheres precursoras nos movimentos e lutas nos territórios onde vivem.

Para Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p. 15), é nas comunidades rurais que se desenvolvem lideranças para coordenar as lutas das mulheres camponesas, por isso a importância destes espaços, onde são responsáveis por algum cargo na diretoria, precisam zelar por aquela entidade/organização, coordenar o grupo, as atividades, administrar as contribuições, organizar festas, reuniões, passeios, almoço/jantar/café, dentre outras ações. Geralmente as mulheres assumem a cozinha e a limpeza, neste sentido reproduzindo ainda uma lógica um tanto patriarcal.

Para uma das entrevistadas, ao se referir ao trabalho da mulher na organização de um evento na comunidade, destaca:

*“...se tem a mão de uma mulher fica diferente, a mesa posta, a comida, fica diferente... (família 7).*

Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p.15), relatam algumas percepções, como a lógica patriarcal das comunidades cristãs, onde as mulheres faziam parte da liturgia, da catequese, mas raramente assumiam espaços de decisão da comunidade. A medida que as mulheres se organizavam, aos poucos, davam outros significados a estes espaços de atuação e participação, onde eram oportunizadas formações que contribuíam para que fossem despertando e tomando consciência da realidade (Lorenzoni, Seibert e Collet, 2020, p.18).

A participação nos clubes de mães é citada como sendo bastante importante, como relatado pela entrevistada família 2, presidente do clube de mães da comunidade, membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da diretoria da Comunidade Católica, primeiro se refere a união das mulheres:

*“Na nossa comunidade as mulheres são bem ativas né, são bem interessadas né... uma por todas e todas por uma (risos) (família 2).”*

Em seguida, ao se referir a participação nestes espaços e sobre assumir cargos, reflete:

*“Eu acho assim, ó, ali que faz a diferença, ela aprende a ir buscar mais, aprender mais, um exemplo é eu, como antes de ir no clube de mães eu trabalhava, eu consumia as coisas mas não conhecia, e eu acabei aprendendo e quem abriu a porta foi o clube de mães, aonde eu fui buscar, aonde eu tive coragem de assumir uma diretoria, então já fiz várias vezes parte, já fui várias vezes presidente, já fui coordenadora dentro da comunidade...tu acaba adquirindo experiências, contatos né e coragem né, tu tem coragem de correr atrás, né.”(família 2).*

A participação das mulheres nestes grupos, favorece e incentiva o surgimento de lideranças e, segundo Sales (2007), com isto é reafirmado o aprendizado das mulheres. Na organização dos grupos, há uma diretoria e elegem sua presidente e demais componentes por um determinado período. Fassini, Machado e Schultz (2013, p. 416) em pesquisa realizada com clubes de mães em município do Vale do Taquari, relatam que:

No livro de atas há registro de ingresso de novas sócias e o nome da presidente do grupo no período (cargo renovado a cada ano em processo eletivo), apontam para a hipótese do carisma agregador de algumas líderes; coincidência ou não, em gestões diferentes de uma mesma presidente, acontecem ingressos de novas sócias.

Para Zanetti *et al.* (2020), em um estudo realizado com mulheres que participam de clubes de mães no Vale do Taquari, em espaços como estes são abordadas diferentes temáticas de interesse das mulheres, especialmente assuntos relacionados a qualidade de vida e a alimentação. Assim, para os autores, os clubes de mães em sua organização, propiciam a realização de muitas atividades, onde o conhecimento dos sujeitos neles envolvidos e o saber fazer prático pode perfeitamente estar associado ao conhecimento científico.

Observou-se nesta pesquisa que a participação destas mulheres nos encontros de trocas de sementes e mudas (Figura 2d), oficinas, palestras (Figura 2c) e atividades práticas são muito significativas, pois possibilitam a troca de conhecimentos pelas vivências, pelo diálogo, além de proporcionar o lazer e a descontração, assim, segundo Collet *et al.* (2015), estas mulheres levam para o grupo familiar a reflexão da importância da alimentação saudável como estratégia para conquistar maior qualidade de vida no campo. Para Zanetti *et al.* (2020), há conhecimento e grande interesse das mulheres sobre questões relacionadas com a alimentação saudável, pois esta preocupação e cuidado são intrínsecos às mulheres, que segundo Cancelier e Kauffmann (2022), são responsáveis pelos cultivos essenciais para sobrevivência e relacionados a alimentação da família.

Segundo Collet *et al.* (2015), a medida que as mulheres foram participando dos movimentos passaram a repensar seus modos de vida na agricultura e, através das ações desenvolvidas nestes coletivos é possível discutir temas sobre segurança alimentar, cultivos sem o uso de agrotóxicos, importância das sementes crioulas, dentre outros. Para a agricultora da família 5, que é proprietária de uma agroindústria de derivados de cana-de-açúcar, e feirante há muitos anos, envolvida com a comunidade, sócia do clube de mães, associação da água, revela que deseja assumir o cargo de presidente da Associação de Feirantes para minimizar os conflitos, fortalecer o grupo, ajudar a melhorar o relacionamento entre os participantes, e ouviu de outra mulher que seria uma boa líder, como ela relata:

*“...Quando tu fala as coisas... tu fala tão calmo, tão bonito, tu não briga ... mas então eu tenho que ser presidente, pra apaziguar essa gente brigona...” (família 5).*

Atribuem essa participação das mulheres, nas diretorias das comunidades e organizações, onde atualmente estão em maioria, as qualidades de serem dedicadas e organizadas. Reconhecem a importância do olhar da mulher, com sua experiência e serenidade, para resolver conflitos e ressaltam que devem ser neutras, sem conotação política partidária, para que isso não interfira.

*“...a pessoa pra essas coisas não pode ser política, não pode ser, não pode difamar partido de ninguém.” (família 5).*

Silva e Berrá (2018) em estudos realizados com mulheres em cargos de liderança na região do Vale do Taquari, também enfatizam a capacidade de liderança e de atuação

com emoção e razão, sendo cooperativas, de fácil relacionamento, bem como se sentem tranquilas para os cargos de lideranças. Neste sentido, segundo Sales (2007) é importante refletir sobre a atuação das mulheres na política ser positiva, pois ao estarem inseridas nos sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos, possibilita um aprendizado coletivo.

Para a agricultora da família 6, é fundamental a participação das mulheres nos espaços representativos, como coloca sua experiência ao trabalhar na secretaria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por cerca de 30 anos e acompanhar o trabalho realizado pelas diretorias:

*“...eu me lembro que quando eu comecei a trabalhar no sindicato, eram só homens na diretoria e depois, uns 10 anos depois, começou com a Ilse sendo presidente, achavam ela um pouco mandona, era muito “estilo machista” ainda... mas não era (se referindo ao jeito de ser da presidente), o pessoal não tinha o costume ainda de ouvir a liderança de uma mulher... falar...e depois ninguém comentou mais nada, no início foi muito falado e depois aceitaram” (família 6).*

Sobre a participação em eventos e encontros coletivos, com troca de informações e conhecimentos, como o que ocorreu em Lajeado em 2018, a Reunião Técnica Estadual de Plantas Bioativas (RTEPB), nesta oportunidade muitas mulheres participaram, como relatam estas participantes, também se referindo ao conteúdo abordado no evento sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais, família 6 e família 2:

*“Esse seminário que nós fizemos em Lajeado foi muito, muito bom... aquilo clareou as idéias” (família 5)..*

*“...quando a gente fez o treinamento, não sei como chama, que a gente foi na universidade... cada vez que tu te envolve mais ... acabei gostando mais”(família 2)..*

As mulheres rurais nesta pesquisa trazem depoimentos importantes sobre a sua caminhada junto a estes espaços e colocam o motivo pela qual participam e valorizam estas organizações. Destacam as atividades de lazer e entretenimento, como as viagens proporcionadas pelo clube de mães, com oportunidade de conhecer diversos lugares e, também pelos sorteios e prêmios, bem como bingos e rifas onde há entretenimento, e a troca de produtos através de brincadeiras e sorteios, inclusive alimentos, mudas e sementes.

Para a agricultora da família 3, através dos movimentos sindicais, participou de grandes eventos, como a “Marcha das Margaridas”, e relata que em uma edição viajou de ônibus até o Distrito Federal e no encontro mais recente teve a oportunidade de viajar de avião.

*...a gente conheceu mulheres de outros estados, outras culturas, falaram de agroecologia...tinham oficinas e também materiais pra anotar tudo o que a gente tem na horta, para família e também para vender... falaram da conservação das sementes, coisas que a gente já sabia mas não dava tanta importância. Lá também falaram de feminismo, de violência contra mulher e eu até lembrei de uma vizinha que falaram que o marido batia nela e ela foi embora de casa, a gente sabe que tem essas coisas...(existe, mas é um tabu ainda)(família 3).*

A entrevistada está em vias de se aposentar e traz as angústias para encaminhar a documentação e comenta “*a gente tinha que carregar uma mala de talões pro Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pra comprovar que era agricultora*”. Continua o relato falando que a mãe, já falecida, participava do sindicato e do movimento em defesa da aposentadoria para as mulheres “*minha mãe saiu de porta em porta pra convidar pra ir junto e ainda as pessoas criticavam, teve um filho de uma vizinha que disse que a mãe não precisava ir, porque se as outras conseguissem a mãe dele também seria beneficiada*”, sendo esta atuação importante para a conquista desse direito, mantido até hoje. Como justifica Lima *et al.* (2019), aborda que estas mulheres tinham como objetivos garantir o reconhecimento de direitos das mulheres como trabalhadoras rurais (principalmente a documentação trabalhista e o direito a previdência social).

Os benefícios da Seguridade Social permitiram uma transformação nas relações sociais das mulheres, seja no âmbito familiar, em que elas ganham autonomia financeira, liberdade de decisão sobre os rumos produtivos da unidade de produção familiar, seja pelos reflexos nas relações no seio das comunidades e municípios onde vivem (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 39).

Lima e Vasconcelos (2020, p. 486), refere-se a luta das mulheres por melhores condições de vida para suas comunidades, estando na linha de frente de mobilizações para a garantia da existência de seus povos, sem necessariamente denominar-se feministas, ou seja, não levantavam bandeiras feministas ou pautas contra o sexismo de forma explícita. Assim como nesta pesquisa, entende-se que os movimentos e organizações em que participam têm uma perspectiva feminista, a qual é muito importante, porém percebe-se que as mulheres não os reconhecem desta forma, nas entrevistas não foi abordado de forma específica esta questão.

O termo feminismo, pode ser considerado como o movimento social que luta contra a violência e pela igualdade de gênero, a luta pela melhoria das condições das mulheres na sociedade e de acordo com Ferreira e Mattos (2017) põe em relevo a opressão que o gênero masculino exerce sobre o gênero feminino. Assim, neste estudo refere-se ao termo Feminismo Camponês e Popular como sendo:

a concepção que reconhece a exploração, dominação e opressão das mulheres camponesas como resultado da constituição da sociedade em classes, sustentada pelo sistema de produção capitalista baseada no colonialismo, no patriarcado e no racismo (SHIVA, 2003, p. 94; BERNARDO, 2021, p. 33).

O feminismo traz uma valiosa contribuição sobre o conceito de patriarcado, sendo que várias mudanças sociais e legais beneficiaram as mulheres nos últimos anos, mas o patriarcado herda um passado de opressão de classe e uma cultura escravocata ainda muito presente na sociedade brasileira (FERREIRA; MATTOS, 2017).

As mulheres rurais desta pesquisa, nos cargos de diretorias, têm responsabilidades para as quais precisam muita dedicação e, buscam apoio das demais para realizar as ações necessárias, formam uma rede de apoio, delegam tarefas, mas também se esforçam para o sucesso das organizações das quais se sentem parte. Para Herrera (2017), essas



responsabilidades não são claramente estabelecidas e podem sobrecarregar um indivíduo, geralmente uma mulher que realiza as tarefas não por uma moral inata e, sim, por atribuições que lhes foram confiadas ao longo da história.

Essa sobrecarga de trabalho para as mulheres, envolvidas em diversas atividades, geram esgotamento, principalmente nas mais idosas, como mencionado por elas na pesquisa, e, embora gostem das suas atividades e ações, concordam que nas comunidades, acabam sendo sempre as mesmas envolvidas nos trabalhos, por serem pró-ativas, no entanto gostariam que as demais se dedicassem da mesma forma. De acordo com Rockenbach (2022), em propriedades rurais é comum a sobrecarga de trabalho das mulheres rurais, que cumprem tripla jornada de trabalho, pois além de todo trabalho doméstico são responsáveis pelo cuidado das crianças, idosos e até enfermos nas famílias, além de auxiliarem na produção e cuidado com quintais, hortas e sementes.

As mulheres mais jovens acabam não se envolvendo nestes coletivos, pois estão a frente das atividades nas propriedades ou em empregos não-rurais, sendo responsáveis pelo cuidado de todas as pessoas da família e não dispõe de tempo para assumir esses compromissos. Outra questão é que são poucos os jovens, principalmente mulheres, que ficam no interior, a maioria saem de casa cedo para casar, trabalhar, estudar e/ou buscar outras oportunidades no meio urbano e, conforme Spanevello *et al.* (2019), isto acontece muito em virtude do trabalho feminino no campo ainda ser visto como ajuda, pela falta de reconhecimento, ou seja pela desvalorização da sua atuação como agricultoras.

Segundo os autores, Spanevello *et al.* (2019), as atividades não agrícolas se apresentam como uma alternativa de trabalho, representando uma independência financeira das jovens e das mulheres, pois nas propriedades o trabalho tende a ser desvalorizado e não remunerado, e despendem do seu tempo sem ter horários pré-definidos, estão sempre envolvidas com as atividades domésticas, da propriedade e do cuidado com a família. Sendo esta mais uma bandeira de luta, pela visibilidade e reconhecimento econômico e social do trabalho das mulheres rurais.

Para Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p. 14), “a invisibilidade e o não reconhecimento da mulher, são tomados como forma de questionamento da própria realidade das mulheres”, onde algumas questões explicitam a sua sobrecarga de trabalho, principalmente relacionadas a dupla e tripla jornada de trabalho e a necessidade de organização.

A dificuldade em renovar as lideranças nos espaços onde participam também foi relatada nesta pesquisa, e as mesmas mulheres acabam integrando a diretoria por mais gestões, colocando-se à disposição pela falta de pessoas interessadas em colaborar nestas organizações. Nos clubes de mães, a maioria são idosas e assim muitos grupos acabam, pois estas já não conseguem mais participar, não há a entrada de novas integrantes, ou acabam se inserindo em grupos mistos como os de terceira idade, grupo de ginástica, saúde.

Neste sentido, Georgin *et al.* (2015), afirma que as perspectivas futuras desta atividade na região são pouco animadoras, são poucos os jovens que estão na propriedade, principalmente mulheres, sendo uma pequena parcela de jovens que pretendem dar continuidade as atividades, o que acaba refletindo nestas organizações observado pelo baixo número de jovens participantes. Para estas mulheres, o trabalho e o cuidado fazem

parte da rotina desde muito cedo, onde ficam condicionadas a estarem sempre realizando alguma atividade ou ação que seja produtiva, e muitas vezes reclamam que estão cansadas de cuidar dos outros. Este fato é justificado por Herrera (2017) ao abordar o “*care*”, o qual se estende ao autocuidado, onde através de pesquisas afirma que existe um esgotamento físico e psíquico das provedoras de “*care*”.

Por estarem sempre envolvidas no cuidado com os outros, com a casa, com a comunidade, acabam deixando de cuidar de si mesmas, negligenciando sua saúde preventiva e os cuidados com o seu próprio bem-estar, materializados no tempo livre e de lazer (HERRERA, 2017). Compactam da idéia de que nos grupos e coletivos em que participam encontram este tempo para o lazer, conversam com outras mulheres e realizam alguma atividade prazerosa.

No entanto, segundo Herrera (2017), é importante observar que esta participação nas organizações, embora considerada lazer, são responsabilidades que também pode sobrecarregá-las, já que exercer o cuidado com o grupo e a comunidade é bastante trabalhoso e pode não ser percebido ou reconhecido como tal.

Para Silva et al. (2020), estas relações sociais nos diversos ambientes, são essenciais para a construção do conhecimento, transformação social nos espaços e contextos que estão inseridas, percebendo a importância do ‘saber fazer’ em cooperação com as demais mulheres.

Como se pode observar, as mulheres se doam para suas comunidades e organizações, além do trabalho doméstico e com a propriedade, do cuidado com os filhos e a família. De um modo geral, entretanto, percebe-se que muitas vezes mesmo sobrecarregadas sentem-se importantes nestes espaços e responsáveis pela continuidade das ações desenvolvidas. Nota-se que, para elas, é positivo o trabalho realizado, os fatores sociais se sobressaem, com a ampliação do seu ambiente de convívio, pelos conhecimentos gerados, pelas lutas e conquistas que marcaram a história de cada uma, onde pelo “simples fato de ser mulher” tiveram muitos desafios.

## **5. Considerações finais**

Com o presente estudo pode-se analisar a importância da participação destas mulheres nestas organizações, fortalecendo seu papel como sujeito de direitos alcançados com participação em movimentos sociais e ao se inserirem nas organizações. Atuantes e participativas nestes espaços e nas atividades relacionadas a construção do conhecimento, estão em uma perspectiva do cuidado com a família e o ambiente que as rodeia, e desta forma se preocupam em promover a segurança alimentar e a produção de alimentos saudáveis e em quantidade nas comunidades em que atuam.

Ressalta-se aqui a importância de incentivar e apoiar estas organizações, para que estes espaços continuem a existir e haver esta troca de conhecimentos, diálogo, lazer que fazem tão bem para as mulheres do rural.

Faz-se necessário fomentar políticas públicas, como muitas que já foram implementadas, como citado neste trabalho, além de órgãos de apoio a estas organizações, com projetos sociais e econômicos que desenvolvam atividades importantes voltadas a saúde e qualidade de vida e contribuam para transformar esta realidade. Enfim, visibilizar o

protagonismo destas mulheres, demonstrar a contribuição delas para a vida das comunidades e das organizações onde se faz a construção coletiva do conhecimento.

## Referências

- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade** Revista de Sociologia Política, Florianópolis, vol. 15, Edição Especial, 261-295, 2016.
- ALMEIDA, I.; JESUS, C.P. de. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. In.: MEZADRI, Adriana Maria et al. (orgs.) **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**/ 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p.75-86.
- ANDERSSON, F. S.; CALDAS, N. V. GRISA, C. Agroecologia: Potencializando os papéis das mulheres rurais. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.
- ANGELIN, Rosângela; SCHONORRENBURGER, Neusa. Interconexões entre a mística ecofeminista do movimento das mulheres camponesas e a tutela ambiental. In.: GUERRA, Clarissa de Souza; IZOLANI, Francieli Iung; RUVIARO, Larissa Melez; RIVA Leura Dalla. **Mulheres e o Meio Ambiente Nosso Papel Fundamental**. vol 2. Blumenau, SC: Editora Dom Modesto, 2020. p.205-227
- BERNARDO, M. A. T. **O sistema informal de sementes crioulas e as guardiãs das sementes da vida: o protagonismo de mulheres na região central do RS**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2021.
- BIONDO, Elaine et al. As Mulheres e o NEA VT: criando sinergias para uma agricultura sustentável. In.: FEIL, Alexandre André; SINDELAR, Fernanda C.W. ; MACIEL, Mônica J. (Org.) **Sistemas Ambientais Sustentáveis**, Lajeado: Editora da Univates, 2022. p. 134-144.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Senado, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.
- CANCELIER, J.W.; KAUFMANN, M.P. Políticas, Ações e Movimentos – Reflexões a cerca da Agroecologia na contemporaneidade. In.: SILVA, C.A. da (orgs.), **Jornada de Agroecologia: políticas, ações e movimentos**, Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2022, p.16-28.

CAVALCANTI, M.; SILVA, M.L.R. da; KREFTA, N.M. Alimentação saudável: somos o que comemos. In.: MEZADRI, Adriana Maria et al. (orgs.) **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**/ 1. Ed. – São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 111-122.

COLLET, Zenaide et al. **Movimento de Mulheres Camponesas: Os Quintais Produtivos como Práticas Pedagógicas**. UNOCHAPECÓ, 2015.

EMATER/RS/ASCAR . Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural / Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. **Plano Operativo de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS 2020** – Escritório Municipal de Bom Retiro do Sul. 13 p.

FASSINI, E.; MACHADO, N.G.; SCHULTZ; G. Identidade e pertencimento: a dinâmica social de um grupo de mulheres no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. **Cadernos Pagu** (41), julho-dezembro de 2013:405-433.

FERREIRA, A. P. L.; MATTOS, L. C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**,v.69, n.2, p. 38-43, 2017. Disponível em:<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000200013](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200013)>. Acesso em 2 de mai 2022.

GEORGIN, J. et al. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais**. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM. ISSN: 22361308. Santa Maria, v. 14, n. 3, set-dez. 2015, p. 01-09.

HERRERA, Karolina Marin. **Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

HODGSON, G.M. Whats Are Institutions? **Journal of Economic Issue**, vol.40, n.1, p. 1-25, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4228221?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em 20 de abril 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/bom-retiro-do-sul.html>. Acesso em: 18 de março de 2022.

JALIL, L. M.; CARDOSO, E.; MOREIRA, S. A revolução silenciosa dos quintais agroecológicos das mulheres. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

LIMA, M. M. T.; FELTRIN, R. B.; COSTA, M. C. da. **Corpos e territórios: refletindo sobre biotecnologias, gênero, ambiente e saúde a partir de ações de mulheres do sul**. DOI: 10.12957/emconstrucao.2019.39364 número 5 \ 2019.

LIMA, M. M. T.; VASCONCELLOS, B. M. de. **‘Mulheres agroecológicas em movimento no Brasil: dialogando com propostas e singularidades’**. In: Congresso Internacional de Agroecología - Vigo - Espanha, 2020. Políticas alimentarias para a sustentabilidade ISBN 978-84-09-21743-4 | Simón, X.; Pérez-Neira, D.; Copena, D. (Coord.). Vigo, 2020. v. 1. p. 481-500.

LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G.; COLLET, Z. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In.: MEZADRI, Adriana Maria et al. (orgs.) **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas/** 1. ed., São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MAIRESSE, Letícia; ZANETTI, Cândida; KOLCHINKI, Eliane Maria; BUHÕES, Flávia Muradas; BIONDO, Elaine. Mulheres e o NEA VT no Vale do Taquari, RS – Sinergias para Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar. In.: 10º Salão Integrado de Pesquisa, Extensão e Ensino da Uergs (SIEPEX), **Anais eletrônicos...**vol. 1, n.10, 2021. Porto Alegre, RS. Disponível em:< <http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/article/view/3597>>. Acesso em 10 novembro 2021.

MULLER, A.M.; SCHAEFFER, M. Trajetória histórica da Agroecologia no Vale do Taquari. In. BIONDO, Elaine; ZANETTI, Cândida. (orgs.) **Articulando a Agroecologia em rede no Vale do Taquari/RS**, São Leopoldo: Oikos, 2021.

MUNARINI, A.E.; CINELLI, C.; CORDEIRO, R. P. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In.: MEZADRI, Adriana Maria et al. (orgs.) **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas/** 1. Ed. – São Paulo: Outras expressões, 2020. p.33-48.

PARANHOS, R. et al. **Uma introdução aos métodos mistos**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, nº 42, mai/ago 2016, p. 384-411.

PETZINGER, Juliana. **Sistema de Coordenadas Planas UTM Fuso 22 Sul**. [map.] Fonte de dados: limites territoriais, hidrografia, trecho rodoviário FEPAM (2018) e Arruamentos OSM. Porto Alegre, 2022

PIMENTA, S.D.C. Participação, Poder e Democracia – Mulheres Trabalhadoras no Sindicalismo Rural. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

POLESI, R.G.; ROLIM, R.; ZANETTI, C.; SANT’ANNA, V.; BIONDO, E. Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar no Vale do Taquari: plantas alimentícias não convencionais e frutas nativas. **Revista Científica Rural** v.19, n.2, p.118-135, 2017. ISSN 1413-8263.

RHEIRA, T. H. **Desafio da Mulher na Gestão das propriedades rurais familiares do município de Westfalia/RS**. 2016, 22p. Trabalho de Conclusão de Curso Administração, Univates, Lajeado.

ROCKENBACK, L. Desafios e idéias para o resgate, produção, multiplicação e uso das sementes crioulas.. In.: SILVA, C.A. da (orgs.), **Jornada de Agroecologia: políticas, ações e movimentos**, Florianópolis, SC: Estúdio Sempredo, 2022, p.16-28.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 437-443, v. 15, n. 2, agosto, 2007.

SHIVA, Vandrana. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamento Ibero Americano**, n.9, p.169-183, 2011

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.571-592.

SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do Rural Brasileiro **Estudos Avançados** 15(43), 37-50, 2001.

SILVA, F.B.; BERRÁ, L. Desafios das mulheres em cargos de liderança. **Destques Acadêmicos**, v.10, n.1, 166-185, 2018

SILVA L. N. et al. **Manual de trabalhos acadêmicos e científicos da UERGS: orientações práticas à comunidade universitária da UERGS** / Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Porto Alegre: UERGS, 2013.150 p.

SILVA, L. et al. A Contribuição das Cadernetas Agroecológica para o protagonismo das mulheres rurais na preservação dos agroecossistemas e soberania alimentar. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

SPANEVELLO, R. M. et al. Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ISSN 2237-6453, Ano 17, n 48, jul./set. 2019.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da Pesquisa**. 2ª edição, 2009.

VEIGA, R.F.A.; QUEIRÓZ, M.A. (Eds.) 2015. **Recursos Fitogenéticos: a base da agricultura sustentável no Brasil**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2015. 496 p.

ZANETTI, C et al. Mulheres e Panc's: resgatando hábitos e saberes alimentares no Vale do Taquari, RS. **Revista Ciência em Extensão** v.16: 84-100,2020.

ZANETTI, C.; BIONDO, E. Introdução. In.: BIONDO, Elaine.; ZANETTI, Cândida. **Articulando a Agroecologia em Rede**, São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 19-33.